

passivo de longo prazo com contrapartida em um item do ativo imobilizado principal. O ativo é depreciado linearmente pela taxa de vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício quando em operação. **3.16. Modificações e atualização de novas normas contábeis** - Em 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("IFRS 15") e CPC 48 - Instrumentos Financeiros ("IFRS 9") entraram em vigor, respectivamente. Uma série de outras modificações e atualização de normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia. A seguir, principais normas e efeitos avaliados pela Administração da Companhia: * **CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)** - A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substitui o IAS 11 - Contratos de Construção e o IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações. As alterações estabeleceram os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. * **CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)** - O CPC 48 substitui as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O referido pronunciamento contábil inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. **Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes** - Foram aprovadas e emitidas as seguintes norma e interpretações pelo IASB, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia. * **IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2))** - A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes dos ativos envolvidos na operação. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. * **IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)** - A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a empresa tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionadas pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a empresa deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixas	21.332	16.256
Bancos Conta Movimento	3.939.839	2.780.518
Aplicações financeiras	1.328.684	1.002.578
Total	5.289.855	3.799.352

As disponibilidades estão representadas basicamente por depósitos à vista em instituições financeiras de primeira linha.

8. Imobilizado

	Veículos	Edificações	Imobilizados de produção	Máquinas e Equipamentos	Recursos Minerais / Estrutura Mina	Imobilizações em Andamento	Outras	TOTAL
Custo ou Avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.956.691	4.158.866	12.330.177	4.258.552	26.343.962	9.981.980	824.495	65.854.723
Aquisição	3.799.054	75.287	1.228.944	673.243	11.333.971	3.461.262	-	20.571.761
Depreciação	(2.751.148)	(227.954)	(3.027.629)	(684.152)	(3.635.656)	-	-	(10.326.539)
Baixa	(151.398)	-	(601.359)	-	-	-	-	(752.757)
Transferência/Apropriações	-	1.057.357	89.388	1.295.274	9.898	(1.627.422)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.853.199	5.063.556	10.019.521	5.542.917	34.052.175	11.815.820	-	75.347.188
Custo Total	16.332.441	5.769.923	21.717.912	8.841.900	46.611.258	11.815.820	-	111.089.254
Depreciação Acumulada	(7.479.242)	(706.368)	(11.698.390)	(3.298.982)	(12.559.084)	-	-	(35.742.066)
Valor Contábil	8.853.199	5.063.555	10.019.522	5.542.918	34.052.174	11.815.820	-	75.347.188
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.853.199	5.063.555	10.019.522	5.542.918	34.052.174	11.815.820	-	75.347.188
Aquisição	6.303.457	-	2.973.240	1.153.042	10.495.243	10.395.381	-	31.320.363
Depreciação	(3.972.682)	(264.885)	(4.644.535)	(803.310)	(2.949.957)	-	-	(12.635.369)
Baixa	(156.589)	-	-	(1.058)	-	-	-	(157.647)
Transferência/Apropriações	-	-	-	-	2.342.211	(2.342.211)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.027.385	4.798.670	8.348.227	5.891.592	43.939.671	19.868.990	-	93.874.535
Custo Total	20.811.870	5.769.923	24.629.202	9.988.665	59.448.712	19.868.990	-	140.517.362
Depreciação Acumulada	(9.784.485)	(971.253)	(16.280.975)	(4.097.073)	(15.509.041)	-	-	(46.642.827)
Valor Contábil	11.027.385	4.798.670	8.348.227	5.891.592	43.939.671	19.868.990	-	93.874.535
Taxas anuais de depreciação	12% e 25%	4%	10%,20%,25%	10%,15%,30%	(Ocz Prod.)	-	10% e 20%	

9. Intangível

	Pesquisas Geológicas	Direitos Minerários	Despesas Pré Operacionais	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2016	26.203.902	2.808.660	799.792	29.812.354
Aquisição	7.939	-	-	7.939
Amortização	(3.334.434)	(384.225)	(2.860.570)	(6.579.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.877.407	2.424.435	(2.060.778)	23.241.064
Custo Total	36.958.833	4.047.031	30.130.277	71.136.141
Amortização Acumulada	(14.081.426)	(1.622.596)	(32.191.055)	(47.895.077)
Valor Contábil	22.877.407	2.424.435	(2.060.778)	23.241.064
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.877.407	2.424.435	(2.060.778)	23.241.064
Aquisição	14.865.531	-	-	14.865.531
Baixa	(1.837.362)	-	-	(1.837.362)
Ajuste de saldo	-	-	3.880.489	3.880.489
Amortização	(2.327.004)	(268.140)	(1.819.711)	(4.414.855)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	33.578.572	2.156.295	-	35.734.867
Custo Total	49.987.002	4.047.031	30.130.277	84.164.310
Amortização Acumulada	(16.408.430)	(1.890.736)	(30.130.277)	(48.429.443)
Valor Contábil	33.578.572	2.156.295	-	35.734.867
Taxas anuais de depreciação	(Ocz Prod.)	(Ocz Prod.)	(Ocz Prod.)	

Em 2018 manteve-se a sistemática de cálculos e reconhecimentos da amortização sobre os Direitos Minerários e Pesquisas Geológicas, com base nas "onças produzidas" no período.

5. Contas a receber de clientes

	2018	2017
Clientes Mercado Interno	532.280	47.644
Clientes Mercado Externo	11.892.788	10.341.503
Cliente mercado Exportação - Em trânsito	5.733.053	2.491.868
Total	18.158.121	12.881.015

6. Estoques

	2018	2017
Materia prima - ouro	14.722.687	10.947.810
Produtos acabados	3.440.719	1.144.014
Produtos em elaboração	751.365	229.444
Material de suprimento	11.266.374	8.509.006
(-) Provisão baixa obsolescência	(54.973)	(54.973)
Total	30.126.172	20.775.301

A Administração mantém provisão para baixa por obsolescência referente aos itens de manutenção e suprimento da Mina e Planta de "giro 0" nos períodos anteriores, e com características que por avanço tecnológico dos equipamentos operacionais atualmente utilizados e a serem instalados na produção, tendem a serem classificados como obsoletos pela não utilização operacional.

7. Impostos a recuperar

	2018	2017
Circulante		
ICMS a recuperar	15.924.022	10.430.911
ICMS a recuperar - CIAP	1.404.726	1.363.410
PIS a recuperar	733.528	800.029
COFINS a recuperar	1.021.777	1.649.439
IRPJ - Pagos por estimativa	3.301.515	2.198.313
CSLL - Pagos por estimativas	849.561	1.449.297
PIS e COFINS sobre Leasing	35.995	36.406
Total	23.271.125	17.927.805
Não circulante		
ICMS extemporâneo energia elétrica	1.130.842	1.130.842
(-) Provisão deságio	(237.915)	(237.915)
Total	892.927	892.927

A Companhia mantém os registros de direito aos créditos extemporâneos de energia elétrica, proveniente de Laudo de mensuração que mapeou o consumo de energia elétrica da mina Palito, efetuado por empresa especializada. E mantém a expectativa de compensação dos créditos de ICMS, conforme pedido protocolado em 2009, que se encontra em fase de análise por parte da Secretaria do Estado da Fazenda. A Administração optou por manter também o reconhecimento de provisão para deságio no percentual de 20% sobre o montante do crédito.